

LEIA, ASSINE E AJUDE
FINANCEIRAMENTE "A
CLASSE OPERÁRIA"

A CLASSE OPERÁRIA

ANO II

RIO DE JANEIRO, 26 DE JULHO DE 1947

NÚMERO 83

ORIENTE-SE POLITICA-
MENTE, LENDO TÓDAS
AS SEMANAS "A
CLASSE OPERÁRIA"

PELA UNIÃO DE TODOS OS DEMOCRATAS CONTRA O GOLPE DO GRUPO FASCISTA!



O projeto de lei de exceção que a ditadura pretende aprovar pela Câmara veio confirmar o que sempre temos dito: o grupo fascista do governo, sob o

pretexto de combate ao comunismo, quer de fato liquidar completamente a democracia em nossa Pa-
tría.

A "lei tarada" é uma ameaça a qualquer democracia, sem exceção. Isto é uma realidade já constatada por elementos de todos os partidos políticos e pela maioria da imprensa.

Além, devemos convicte que a "lei de segurança" da ditadura tem um efeito positivo: alertar todo o nosso povo, todos os democratas, todos os patriotas contra a consumação de um hediondo crime, que seria a completa liquidação da Constituição de 18 de Setembro e a eliminação das restantes liberdades democráticas.

O Povo Brasileiro Exige Uma Prestação de Contas Sobre os Nossos Saldos

Quando terminou a guerra, a existência de grandes saldos na balança comercial brasileira era motivo de satisfação geral. E, porém, o mal vigilante e clarividente dos patriotas, já no seu primeiro discurso em praça pública, a 23 de maio de 1945, mostrava o que se devia fazer com esses saldos: deixar de comprar bugigangas a importação, utilizando-se dólares e as fibras que acumulamos no exterior, material ferroviário, navios, máquinas para a indústria.

Agora, porém, desapareceu inteiramente aquela euforia em torno dos saldos. Embora nunca ninguém chegasse a saber exatamente a quanto montavam esses saldos, o fato é que hoje se sabe o seguinte: os dólares se esgotaram quase inteiramente e as fibras continuam esgotadas; sem que o governo inglês se disponha (longa distância) a libertar as de açúcar com as nossas conveniências.

Em que se gastaram os dólares?

E' disse que a ditadura deve prestar contas ao povo brasileiro. E' sobre isso, que a bancada comunista, vigilante na defesa dos interesses do povo brasileiro, pediu informações ao Ministério da Fazenda, em requerimento apresentado à Câmara Federal, no dia 18 de corrente.

O Ministério da Fazenda, entregue a um insuportável banquete, obstruiu, certamente, a prestação de informações. Mas o povo sabe que os dólares não foram gastos em máquinas para a indústria nacional, mas para a importação de mil e uma quinquilharias, das latas de leite condensado aos artefatos de matéria plástica. O escândalo, entretanto, não é o acerto nem a bancada comunista, no seu requerimento, pede informações inclusive sobre o seguinte: «Se o Banco do Brasil e outros bancos forneceram crédito a empresas estrangeiras, nos últimos doze meses, para transferência de fundos para o exterior, qual o montante das percentagens legais?» (Conclui na 7.ª pág.)

A "Lei Frankenstein - Dutra - Costa Neto" veio demonstrar que o ódio da ditadura se dirige contra todas as correntes políticas, contra todos os patriotas interessados na defesa das Liberdades Democráticas

idade, mas os patrões passariam à categoria de funcionários de um monstruoso aparelho policial, procurando ver em cada empregado um "elemento perigoso" que deva ser entregue a um "gestapo".

O projeto de lei enviado ao Parlamento pelo governo revela que o grupo fascista chegou ao auge do desespero, ante a impossibilidade de levar a cabo seus sinistros planos de consolidação da mais odiosa ditadura. Depois de fechado o Partido Comunista, não tem vacilado em recusar o uso das liberdades democráticas fundamentais a todos os democratas, investindo indistintamente contra elementos de qualquer partido político, ou contra jornais desta ou daquela corrente, fechando hoje um diário da UDN em Alagoas ou cassando o mandato de um senador pelo PSP.

Isto, não há dúvida, revela desespero, revela fraqueza do grupo fascista do governo, mas denuncia, também, a gravidade da situação a que chegamos.

E se constatamos que o grupo fascista por aí e por lá, está levando a cabo uma política que leva a ditadura a golpes audaciosos como este com que ataca todo o nosso povo. Está claro que esse estímulo, essa força aparente, vem do capital finan-

ceiro mais reacionário, do imperialismo norte-americano, vitalmente interessado neste momento na posse das nossas jazidas de petróleo e das nossas minas de ferro, interessado na liquidação da nossa indústria e na dominação do nosso mercado.

A luta contra a "lei tarada" está, portanto, indissolúvelmente ligada à luta pela defesa da nossa soberania política e da nossa autonomia econômica. Esta luta interessa fundamentalmente a todos os patriotas e democratas. Devemos reagir-nos com a compreensão deste fato por parte da maioria da imprensa e dos parlamentares, desde que foi publicado o projeto da ditadura. E um indicio da possibilidade de união, e mais ampla, de todas as forças democráticas contra o desordem que o grupo fascista procura implantar.

Essa união será facilitada e terá maiores possibilidades de vitória na medida em que soubermos, simultaneamente, demascarar implacavelmente os traidores da causa democrática, os falsos democratas, como Juracy Magalhães ou Clirio Junior, que com a palavra democrática e a sua política, procuram simular sua condição de lacaios do imperialismo a serviço do grupo fascista do governo. Mas esses senhores e demis capitalistas aprendendo que

as palavras sonoras não os escudarão do ódio do povo, que justamente na prática da vida política irá aprendendo a distinguir os verdadeiros democratas dos democratas de fachada.

Cabe-nos, neste momento, lutar efetivamente, praticamente, pela união contra os novos golpes armados pela ditadura.

Mais do que nunca os campos estão definidos: de um lado, os democratas e patriotas, de todos as correntes políticas, sem quaisquer distinções: do outro, o bando fascista ditatorial. Os senhores da ditadura e seus sustentáculos dizem claramente, onde querem chegar: à extinção do Congresso, da liberdade de palavra, ao estrangulamento da imprensa, ao terror fascista. Os democratas e patriotas dispomos das armas necessárias para deter e derrotar o bando fascista: a organização das massas e da luta de massas contra os objetivos da ditadura, através de uma ampla frente unida, sem outras diferenças políticas ou ideológicas, religiosas ou filosóficas.

Desta luta depende o futuro do nosso povo, a própria vida da Nação. É um momento decisivo para a democracia e a liberdade, este que vivemos hoje. Temos o dever de honrar as grandes lutas dos nossos antepassados pela democracia pela liberdade e pelo progresso.

O sangue dos nossos irmãos sacrificados na guerra contra o nazismo não foi derramado em vão. Mas vivemos como um povo livre e independente.

Mr. Snyder e dois assuntos: Aço e Petróleo

mundial, afirmava-se que a imprensa francesa, em sua quase totalidade, era a mais valiosa do mundo e que a ela somente a imprensa brasileira podia ser comparada.

A imprensa brasileira, de então para cá, prosseguiu, com raras exceções, no mesmo caminho, aperfeiçoando as suas ligações com os fornecedores estrangeiros de subsídios. A imprensa popular surgiu, por isso mesmo, como uma coisa nova, que alarmou os reacionários: não podiam conceber os reacionários, no quadro da imprensa brasileira, que surgissem e se fortalecessem jornais independentes, diretamente financiados pelo povo, defendendo, com intransigência, os interesses nacionais.

O «plano Truman» constitui um teste: a quase totalidade da imprensa brasileira batou palmas, anteendo gordos subsídios, ao tempo em que jornais conservadores do Uruguai, Argentina, Colômbia e outros países se manifestavam energicamente contra os objetivos lan-
ques.

Agora, o «caso Snyder» é outro teste: somente a «Tribuna Popular», na imprensa carioca, denunciou, com energia, os objetivos da visita do secretário do Tesouro dos E. U. O. Os demais jornais, com o «Globo» e os «Diários Associados» na vanguarda, selecionaram os seus melhores artigos para tão ilustre representante da Wall Street.

O povo, entretanto, não é ingênuo e compreende os fatos. E um desses fatos é que a ditadura Dutra, para todos os problemas econômicos do país, tem apenas uma solução: servir-se da ajuda do capital financeiro estrangeiro, a quem acobarda, como é dos seus planos, por entregar completamente as riquezas do Brasil.

Se se trata da pecuária, e esmalteiros é Mr. Nelson Rockefeller, com os seus planos de plantação de cereais em grandes modelos, criação de porcos, etc., para dominar o mercado (Conclui na 7.ª pág.)

A Lei de Segurança da Ditadura E' Uma Declaração de Guerra Contra o Povo

ORIGEM E FINS DA MAIS RECENTE PROVOCAÇÃO DO GRUPO FASCISTA — SUA APROVAÇÃO SERIA A COMPLETA ESCRAVIZAÇÃO DO NOSSO PAIS PELOS POLICIAIS DE PEREIRA LIRA E ALCIO SOUTO, EM BENEFÍCIO DOS IMPERIALISTAS DA WALL STREET

E' realmente bem difícil encontrar um adjetivo apropriado para o projeto da lei de segurança que o grupo fascista da Ditadura acaba de enviar à Câmara Federal. O melhor é conhecê-lo, reconhecer suas origens e seus fins, claros ou ocultos, demascará-lo e contra ele organizar e mobilizar as grandes massas do povo.

A uma leitura mesmo superficial o projeto se revela como a mais audaciosa tentativa do grupo fascista do governo para legalizar a ditadura e consolidá-la. Vê-se, sob a máscara de combate ao comunismo, submeter o nosso povo à tirania mais bárbara, mais odiosa, comparável somente à tirania nazista sobre os povos europeus. No entanto, isto acontece em nosso país, em 1947, dois anos depois da vitória dos povos amantes da liberdade sobre o fascismo, para a qual contribuímos com o nosso sangue e sacrifícios imensos. O grupo fascista tem o tope de passar por cima de uma das maiores conquistas democráticas do nosso povo — a Constituição de 18 de setembro — para tentar instaurar no país uma tirania mais imoral do que qualquer regime colonial. Da primeira à última linha, o projeto da lei de segurança é uma declaração da guerra contra o nosso povo.

Os itens 7, 8, 9, 10 e 11 do artigo 2.º do projeto da ditadura fornecem as armas essenciais para a implantação do terror

com métodos fascistas, pois significam a abolição completa das mais elementares liberdades asseguradas pela Constituição. Significam a morte do Parlamento e a entrega do poder supremo do país à polícia-política. E tudo isso mascarado com a defesa do regime, a «segurança do Estado» e outras expressões que o Estado Novo desmoralizou, servilmente copiadas hoje por Dutra e seus assessores.

Pelos itens citados, qualquer pessoa que tiver contra si o ódio de um policial poderia ser encarcerada e condenada a dez anos de prisão. Qualquer cidadão poderia ser encarcerado sem realação sob a simples acusação de estar organizando ou reorganizando uma sociedade ou clube considerado «colandestino».

Quanto às condenações pelo que a polícia considerasse «propaganda», a lei de exceção pre-

para uma armadilha da qual ninguém conseguiria livrar-se. Eis o item 11 do artigo 2.º da lei de exceção:

«Fazer propaganda, por qualquer meio, de entidades dissolvidas ou suspensas por força de disposição legal, entendida também como propaganda a posse, a guarda ou depósito de boletins, panfletos ou publicações, em qualquer quantidade. Pena — reclusão de um a seis anos»

Isto significa a mais completa falta de segurança individual e coletiva. Para que um cidadão ou toda a sua família seja preso até por seis anos, será suficiente que um provocador político introduza um boletim considerado «subversivo» sob a porta de sua residência. E o Estado Novo, com leis muito mais «bonovolas», já nos ensinou o quanto é elástico o conceito de «propaganda subversiva», proibindo a publicação, venda ou posse de qualquer livro cujo autor considerasse «revolucionário», «perigoso ao regime». Não só as obras marxistas eram retiradas das livrarias e até das bibliotecas. Chegou-se ao cúmulo de queimar volumes que nada tinham a ver com o marxismo, e entre eles uma inocente «História Universal» de H. O. Wells e um livro do professor Anísio Teixeira, hoje secretário da Educação do governo da Bahia.

Não fica aí, porém, a lei de exceção da ditadura Dutra. Seus (Conclui na 7.ª pág.)



O RUHR, CHAVE DO FRACASSADO PLANO "MARSHALL" Os Estados Unidos Querem Privilégios Para Suas Mercadorias Em Todo o Mundo

Onde as ligações entre o Banco Schröder e o imperialismo lanque explicam muitas coisas obscuras

Por Eugenio VARGA
(Famoso economista soviético)

O QUE TÊM SIDO AS CONFERÊNCIAS DE COMÉRCIO ANTES E DEPOIS DA GUERRA -- O QUE VISAM OS SEUS PROPICIADORES



O Ruhr é um dos problemas cruciais com que se debate a diplomacia das chamadas potências do ocidente. Alguma coisa do que se passa nos bastidores tem transpirado através de telegramas. Sabe-se, por exemplo, que a França, mesmo com o sr. Bidault à frente do qual d'Orsay, se opõe energicamente ao reconhecimento da indústria passada do Ruhr. «Primeiro nas vítimas, depois os carrascos» — é o que reclama a França, depois de ter compreendido o canto de sereia de Marshall. Em primeiro lugar, deve ser assegurada a economia dos países devastados pelos agressores hitlerianos. São aqueles os que devem merecer tratamento de prioridade e não o povo, que, durante tanto tempo, sem quase nenhum protesto, serviu de base às aventuras nazistas.

Ultimamente, também a Inglaterra externou as suas divergências em torno da questão do Ruhr. A Inglaterra se encontra em uma situação econômica e um dos principais recursos para a sua recuperação é a exportação do carvão e de produtos manufaturados de ferro e aço. Com as minas e os altos fornos do Ruhr em funcionamento, empregando os métodos mais modernos que os lanques querem ali introduzir, claro está que as possibilidades inglesas no mercado exterior diminuirão sensivelmente. Os ingleses não economizam, por isso, o seu mau humor com os planos do «Tio Sam» e Bevin já fala da necessidade do país se libertar da estera do dólar.

Vejam, agora, o que se passa do lado dos Estados Unidos. Como denunciou, desde o início a União Soviética, seguida, mais tarde, pela diplomacia francesa, a essência do «Plano Marshall» é fazer do Ruhr o centro industrial exclusivo da Europa. Não interessa que, atrás do Ruhr, se recomponha o militarismo germânico e dentro de uma década, volte a agredir os países vizinhos. O que interessa é fazer da Europa um mercado tributário do grande conjunto industrial alemão. Por que é que Marshall apela um plano dessa ordem?

Quem tiver lido o artigo de Leonidov, sob o título «O papel imperialista do banco anglo-germano-americano Schröder», publicado nos n. 51 e 52 de A CLASSE OPERÁRIA, compreenderá todo o segredo da trama. Esse segredo é muito simples: a indústria do Ruhr está ligada ao Banco Schröder, que, desde há muitos anos, a controla e financia; o Banco Schröder, por sua vez, embora possua um ramo importante na Grã-Bretanha, logo, após a segunda guerra mundial, principalmente o papel de auxiliar do grupo financeiro Rockefeller. O laço de ligação entre Schröder e Rockefeller é John Foster Dulles, o conselheiro-mor de Marshall, dirigente do Partido Republicano em assuntos exteriores e mentor de Dewey, o candidato à presidência da República que Roosevelt derrotou.

Praticamente de posse da indústria do Ruhr, o imperialismo quer salvar a ruína e dela fazer uma arma para empurrar os concorrentes da Inglaterra, França, Checoslováquia e outros países industrializados da Europa. O ideal do plano Marshall é uma Europa agrícola pagando tributo ao Ruhr e, indiretamente através dos canais do banco Schröder e de outros canais talvez mais diretos, amarrando-se, de pés e mãos, aos truses de Wall Street. Toda a insistência lanque por uma Alemanha federalizada, contra o ponto de vista soviético, que pugna por uma Alemanha democrática unificada, todo o trabalho de divisão da Alemanha em duas zonas políticas e econômicas, a ocidental e a oriental, decorre do interesse, que têm os truses lanques de manter o Ruhr sob a sua imediata influência, fora da órbita de uma Alemanha obedecendo a um poder central único, em mão das forças democráticas anti-nazistas.

A batalha diplomática prossegue. Mas o fracasso do plano Marshall, graças à intransigência admirável da URSS, contudo, sem dúvida, uma seríssima derrota para o Departamento de Estado de Washington e os seus atuais patronos, Rockefeller, John Foster, Dulles, Schröder, etc.



A Conferência de Gênova se reuniu em 1922, sem a participação dos Estados Unidos, que naquela época se mantinham na política isolacionista. A força motriz da Conferência foi a Inglaterra, que depois do fracasso da intervenção, queria criar uma frente econômica única contra a União Soviética. Com a promessa de novas inversões de capitais, fez-se então a tentativa de forçar a União Soviética a reconhecer as dividas anteriores do tsarismo, a devolver aos industriais estrangeiros suas fábricas nacionalizadas, a conceder a firmas estrangeiras direitos especiais no país, etc. Em outras palavras: foi uma tentativa de converter a União Soviética em colônia do capital financeiro internacional. Como é natural, o governo soviético repeliu energicamente semelhantes propostas. Depois disso, a Conferência não pôde adotar senão resoluções de caráter mais geral.

Não menos infrutífera foi, no verão de 1922, a Conferência de Haia, onde se apresentaram análogas exigências à União Soviética.

Em 1927, teve lugar a Conferência Econômica Internacional, na qual estiveram representados todos os países importantes, incluindo a União Soviética e os Estados Unidos. A Conferência

A atual conferência de Paris, para discussão do «Plano Marshall» — plano que se destinaria a ajudar os países da Europa na sua reconstrução — está, como sabemos, condenada ao completo fracasso. E isto evidentemente porque se trata, como temos esclarecido, de dilatar as posições das truses e monopólios americanos nos países europeus.

Por não desejarem a tutela do imperialismo foi que os povos da União Soviética, Tchecoslováquia, Polónia, Iugoslávia, Rumania, Bulgária, Hungria, Finlândia e Albânia, recusaram sua presença à Conferência de Paris.

No entanto, a propaganda anglo-americana ainda procura ludibrio os incautos fazendo passar o «Plano Marshall» como uma dádiva graciosa dos Estados Unidos aos países devastados pela guerra. A verdade, entretanto, é muito outra. O «Plano Marshall» já foi suficientemente desmascarado por Molotov como uma armadilha lanque contra a soberania, a independência econômica e política dos povos necessitados de ajuda.

Quando Molotov denunciou o verdadeiro objetivo intervencionista do «Plano Marshall», as agências americanas e os jornais a serviço do imperialismo criaram a ministro soviéticos de insultos. Agora, é dos países propiciadores da Conferência de Paris, a França e a Inglaterra, que partem as acusações contra o referido plano, que tem por escopo imediato recuperar as grandes

indústrias da Alemanha, na sua maior parte ainda em poder dos truses nazistas, colorando-a como um dos alvos da «nova ordem» europeia desejada pelos imperialistas. Após, a Inglaterra se adiantou ao perigo de uma nova agitação política, desta vez alimentada pelo capital financeiro monopolista lanque.

Estamos às vésperas do fracasso completo da Conferência de Paris, sem dúvida um bom sinal para preservação da independência e soberania dos povos da Europa.

Desmascarado-se, desta forma, a nova tentativa americana para intervir nos assuntos internos dos povos europeus, sob o pretexto de ajudá-los na sua reconstrução. E a Conferência de Paris passa ao rol das demais conferências patrocinadas por potências imperialistas com o intuito de dominar economicamente os demais povos, começando por impor os financeiros governos reacionários, anti-democráticos, impopulares, que melhor lhes favoreçam seus negócios. Entretanto, o conhecido economista soviético Eugenio Varga, escrevendo sobre uma conferência de comércio realizada em Genebra, na Suíça, faz um lígido balanço de outras conferências realizadas nos últimos tempos, através das quais os mais importantes países imperialistas tratavam de impor sua dominação, geralmente encoberta, a povos economicamente fracos. Publicamos hoje a parte inicial desse importante artigo, que incluímos esclarecer também, implicitamente, os objetivos da próxima Conferência de Rio de Janeiro.

aprovou diversas resoluções de ordem geral acerca do livre comércio, mas não teve repercussões práticas.

Em 1933, quando a crise econômica mundial, iniciada em 1929, alcançava seu ponto culminante, reuniu-se em Londres a Conferência Econômica mais importante de quantas até então se haviam realizado e da qual participaram 67 países. Essa Conferência, cujos dirigentes tratavam de achar a solução capitalista para a crise, mantendo o padrão ouro, e resolver o problema dos mercados, fracassou. Enquanto a Conferência discutia sobre o padrão ouro, os Estados Unidos desvalorizavam o dólar, o que era uma forma de torpedear a Conferência. A Inglaterra não se arriscou a formar um bloco contra os Estados Unidos ao lado da França, que encabeçava os países do padrão ouro, e pouco depois seguiu o exemplo dos Estados Unidos, empreendendo o caminho da desvalorização da libra esterlina.

A Alemanha fascista tentou aproveitar o momento para integrar o bloco anti-soviético. Seu

delegado, Hugenberg, apresentou um memorando que causou sensação e no qual desobediência prematuramente o jogo de Hitler. Essa manobra da diplomacia hitlerista não deu resultado. A União Soviética conquistou um grande êxito diplomático com sua consequente política de paz.

«Por paradoxal que pareça, não é menos certo que na Conferência de Londres, que se propunha vencer a crise mundial do capitalismo, unicamente um Estado alcançou êxito real, a esse Estado é a União Soviética» — reconhecia, a 4 de julho de 1933, o «Arbeiter Zeitung», jornal de Viena, nada amigo da União Soviética.

Esta breve relação demonstra que as anteriores conferências econômicas internacionais não produziram qualquer resultado prático. Qual o objetivo das Conferências atuais?

A força motriz e os propiciadores são, pelas, os Estados Unidos. Oficialmente sua finalidade é o restabelecimento da liberdade do comércio mundial ou do sistema de portas abertas, isto é, a volta a uma situação

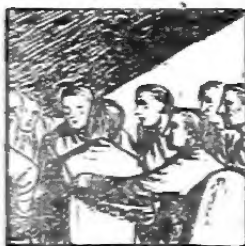
semelhante à que existia na segunda metade do século 19. É verdade que naquele tempo existiam já direitos alfandegários na maioria dos países, o que nos Estados Unidos eram, como agora, muito elevados, mas então os tratados comerciais se concluíam por longos períodos, por dez anos, em média, e em quase todas partes se aplicava o princípio da Nação mais favorecida. Em outras palavras, os países que firmavam tratados comerciais garantiam-se reciprocamente que se um tratado comercial posterior estabelecesse em qualquer país uma tarifa aduaneira inferior para tal ou qual artigo, essa tarifa se aplicaria automaticamente aos demais países com os quais existiam tratados comerciais anteriores. Desse modo, as mercadorias de todos os países podiam competir entre si em iguais condições dentro «de qualquer país».

No século 20, quando o poder da produção na indústria se acentuava cada vez mais a possibilidade de crises, e certas últimas, salvo em breves fases de apogeu industrial, começaram a tropeçar com crescentes dificuldades, o sistema de nações mais favorecida entrou em período de decadência. A princípio, essa cláusula se manteve ainda formalmente, mas na prática era abandonada. A diminuição das tarifas aduaneiras estipuladas nos tratados comerciais concluídos entre dois países se submetia a tais condições, quanto às qualidades das respectivas mercadorias, que apenas podiam satisfazer essas condições as mercadorias de determinados países.

TARIFAS PREFERENCIAIS

Depois da primeira guerra mundial, e sobretudo durante a crise econômica de 1929 a 1933, quando se agravaram particularmente as dificuldades de venda, a maioria dos países renovou ao princípio de nação mais favorecida e à prática de assumir tratados comerciais a longo prazo. A Inglaterra criou em seu Império um sistema de tarifas preferenciais. Nos limites do Império, os importadores ingleses pagam pelos mesmos artigos direitos inferiores em comparação com os que devem pagar os demais países. A Inglaterra taxou com tarifas aduaneiras os artigos alimentícios importados do estrangeiro, para poder outorgar como compensação um tratamento favorável aos países do Império, e o mesmo ocorreu na França e nas colônias.

A necessidade de manter a estabilidade da moeda, ou de minorar o ritmo de sua depressão, obrigou a muitos países a recorrer ao controle das importações. Assim surgiu o sistema (Conclui na 2.ª pág.)



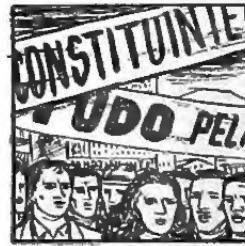
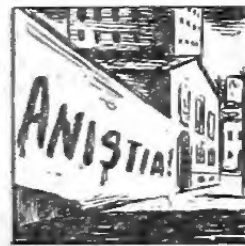
1 — HISTÓRIA DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL — Os trabalhadores ganham consciência de sua condição de classe. Exigem a fundação de um Partido Comunista. Realiza-se o Congresso de fundação do P. C. B. e 23-2-1922.

2 — Em 1930, na campanha presidencial, o P. C. B. se coloca numa posição justa, desmascarando ambos os candidatos como reacionários, ligados ambos às forças imperialistas em luta contra o nosso povo.

3 — 1935. A 27 de novembro os comunistas, em apoio ao movimento da Aliança Nacional Libertadora, pegam em armas para que o nosso país não seja entregue ao fascismo que avança em todo o mundo.

4 — Em 1937, um grupo de generais fascistas e políticos corruptos desferiu um golpe contra a Democracia, sendo os comunistas as primeiras vítimas. De comunistas e outros democratas enchem-se os cárceres.

5 — Prestes, preso em 1936, é o alvo preferido da reação e do fascismo. Contra o Cavaleiro da Esperança forjam-se processos sobre processos. No Tribunal de Segurança, ele acusa o Estado Novo.



6 — Durante a guerra patriótica contra o nazismo, são os comunistas que mobilizam as massas para efetivar a nossa participação na luta mundial dos povos pela liberdade, e democracia e o programa.

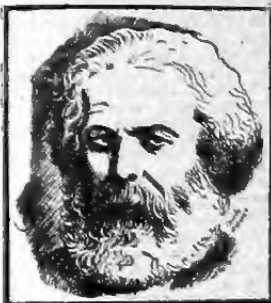
7 — O nazismo agrediu. Nas ruas de todas as cidades do Brasil, a palavra ANISTIA ganhou as grandes massas e força a ditadura a retroceder e pôr em liberdade todos os patriotas, inclusive Prestes.

8 — A 23 de maio de 43, Prestes fala a todo o povo brasileiro, no estádio do Vasco, no Rio. Seu discurso inicia uma nova etapa da luta do nosso povo pela democracia, com o Partido Comunista na legalidade.

9 — Sucedem-se grandes campanhas pela ampliação das conquistas democráticas. A luta pela Assembleia Constituinte, impulsionada pelos comunistas, empolga as massas, educando-as politicamente.

10 — O golpe de 29 de outubro, com 200 tanques soldados para a sede do P. C., cal no Brasil. Os generais fascistas não podem mais recusar ao povo a sua reivindicação: a Constituinte. (Conclui na próxima página.)

Há 80 Anos, Aparecia o Primeiro Volume De "O Capital" O QUE REPRESENTA ESTA OBRA GENIAL DO FUNDADOR DO SOCIALISMO CIENTIFICO



"O Capital" é o título da principal obra de Carlos Marx, obra genial que produziu uma completa revolução nas concepções sobre a sociedade humana e colocou o socialismo sobre bases científicas.

"O Capital" é a maior obra econômica-política do nosso século, escreveu Lenin. Marx chamava "O Capital" a obra de sua vida. Iniciou-a em meados da década de 40 do século 19 e continuou trabalhando nela até sua morte.

O primeiro volume de "O Capital" surgiu a 25 de julho de 1867. Os volumes seguintes apareceram já depois da morte de Marx, preparados e editados por Engels: o segundo tomo em 1885 e o terceiro em 1894.

Para Lenin, "O Capital" representa "um modelo de análise científica, segundo o método materialista, de uma só — e a mais completa — formação social, um modelo reconhecido por todos e que ninguém ultrapassou".

A economia política burguesa, inclusive através de seus melhores representantes, concebida o regime capitalista como a forma "natural", eterna, da sociedade. Marx fundamentou com "O Capital", de maneira irrefutável, e desenvolveu a tese, já defendida antes por ele mesmo em outros trabalhos, de que o regime capitalista das relações sociais constitui uma forma transitória, histórica, da produção social, forma que, regida por uma lei natural, aparece em uma determinada fase de desenvolvimento da humanidade, mas que, de acordo com esta mesma lei, deve perecer, cedendo seu lugar a formas novas, mais progressistas, da vida social.

de tais formações é um processo histórico-natural".

Marx descobriu a lei econômica do movimento da sociedade capitalista e demonstrou que o comunismo é uma fase futura, absolutamente inevitável no desenvolvimento da humanidade, que seu aparecimento é preparado por toda a história da humanidade, pelas leis internas do desenvolvimento do próprio E' ainda de Lenin esta opi-

não sobre "O Capital": "Pós termo à concepção sobre a sociedade como um ajustamento mecânico de individualismo capitalista.

Mas "O Capital" não é somente uma obra de economia. E' também a maior obra de história e filosofia, onde aparece, já desenvolvida a fundamentação da teoria marxista do materialismo histórico em sua aplicação à investigação universal de uma determinada formação econômica-social: o capitalismo.

E', também, "O Capital", um modelo insuperável de análise e de aplicação da dialética materialista ao estudo da sociedade humana.

De acordo com a realidade objetiva, Marx, em "O Capital", examina o modo social da produção como a base de toda a vida social, e o analisa não como uma forma eterna e imutável, mas como uma forma que historicamente nasce, se desenvolve e prepara necessariamente as condições de sua morte. Ao mesmo tempo que analisa as leis que regem o capitalismo, "O Capital" faz também a crítica científica da economia política burguesa.

Hoje, as idéias geniais de Marx, vindas a lume há 80 anos, são comprovadas na prática numa sexta parte do mundo, a União Soviética, cujos povos se encontram já na etapa de consolidação do socialismo para fazerem sua transição ao comunismo, isto é, a uma sociedade em que o aforismo dos criadores do marxismo, será uma realidade, de cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo suas necessidades.

STALIN E "O CAPITAL" DE MARX

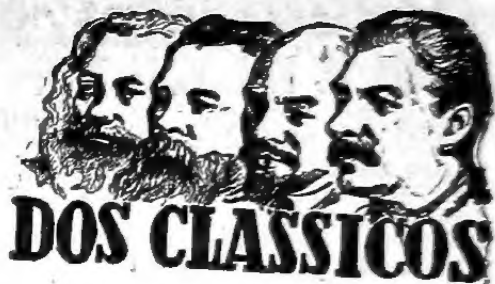
Em muitos livros de memórias, seus autores escrevem que Stalin era visto sempre com livros. Dedicava-se inteiramente ao trabalho de enriquecer seus conhecimentos, aproveitando para isso todas as horas vagas e, frequentemente, noites inteiras.



Em suas recordações, seus camaradas salientam que Stalin lia várias vezes os livros, fazendo anotações e resumos do que lia. Assim, tendo estudado "O Capital" de Marx, quando ainda se encontrava no seminário, Stalin voltou a estudá-lo repetidas vezes e a resumí-lo. Em 1910, ao ser preso, foi-lhe tomado um caderno de notas de "O Capital" e outras obras de Marx. Como Lenin, também Stalin recorria frequentemente a Marx.

Na coletânea "Encontros com o camarada Stalin" se narram, contadas por ele mesmo, as dificuldades relacionadas com o estudo do primeiro volume de "O Capital".

"Em Tiflis — escreve em suas memórias M. Chureli — vivia um livreiro bastante conhecido. Nesse tempo, eu estudava no seminário. Tinha um círculo de estudos marxistas. O livreiro editava a prelos modicos folhetos de propaganda de caráter populista, escritos por ele próprio. Sem saber como, chegou às suas mãos o primeiro volume de "O Capital" (Conclui na 7.ª pag.)



DOS CLASSICOS O PRELÚDIO DA VITÓRIA DO TRABALHO SOBRE O CAPITAL V. I. LENIN

Reconhecendo que o regime econômico é a base sobre a qual se levanta a superestrutura política, Marx dirigia, antes de tudo, sua atenção para o estudo desse regime econômico. A principal obra de Marx, "O Capital", está consagrada ao estudo do regime econômico da sociedade moderna, isto é, a sociedade capitalista.

A economia política clássica anterior a Marx se havia formado na Inglaterra, o mais adiantado país capitalista. Adam Smith e David Ricardo, investigando o regime econômico, lançaram a teoria do valor pelo trabalho. Marx prosseguiu sua obra. Fundamentos com toda precisão e desenvolveu consequentemente esta teoria. E comprovou que o valor de toda mercadoria se determina pela quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário invertido em sua produção.

Ali onde os economistas burgueses viam uma relação entre coisas (troca de umas mercadorias por outras) Marx descobriu uma relação entre pessoas. A troca de mercadorias expressa o laço estabelecido por meio do mercado entre os produtores isolados. O dinheiro indica que esta relação se faz mais estreita, unindo inseparavelmente em um todo a vida econômica dos produtores isolados. O capital indica que esta relação se desenvolve ainda mais: a força do trabalho do homem se converte numa mercadoria. O operário assalariado vende sua força de trabalho ao proprietário da terra, da fábrica, dos instrumentos de trabalho. O operário emprega uma parte da jornada de trabalho em cobrir o custo de seu sustento e de sua família (salário); durante a outra parte da jornada, trabalha gratis, criando para o capitalista a mais-valia, fonte de lucros e fonte da riqueza da classe capitalista.

A teoria da mais-valia é o alicerce da teoria econômica de Marx. O capital, criado pelo trabalho do operário, opreme o operário, arrojando o pequeno patrão e criando o exército dos desempregados. Na indústria, o triunfo da grande produção sobre a pequena, mais rentável na agricultura nos encontramos com este mesmo fenômeno: aumento e superioridade da grande agricultura capitalista, cresce a aplicação de maquinaria, a fazenda camponesa cai sob o jugo do capital mortífero, decal e se arruina sob o peso do atraso técnico. Na agricultura, a decadência da pequena produção revela outras formas, mas esta decadência é um fator indiscutível.

Esmaecendo a pequena produção, o capital conduz ao aumento da produtividade do trabalho e à criação de uma situação de monopólio para os consórcios dos grandes capitalistas. A produção mesmo vai se tornando cada vez mais social — centenas de milhares e milhões de operários são articulados em um organismo econômico de acordo com um plano — mas o produto do trabalho social cabe apenas a um punhado de capitalistas. Crescem a anarquia na produção, as crises, uma furiosa caçada aos mercados, a insegurança da existência para as massas da população.

Aumentando a relação de dependência dos operários ao capital, o regime capitalista cria a grande potência do trabalho associado.

Desde os primeiros germes da economia mercantil, desde a simples troca, Marx vai seguindo o desenvolvimento do capitalismo até suas formas mais altas, até a grande produção.

E a experiência de todos os países capitalistas, tanto dos velhos como dos novos, revela, de maneira palpável, cada ano que passa, a um número cada vez maior de operários, a justiça da doutrina de Marx.

O capitalismo venceu no mundo inteiro, mas esta vitória não é mais do que o prelúdio do triunfo do trabalho sobre o capital.

O CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO PACIFICO PARA O SOCIALISMO NA POLÔNIA

Por Wladislaw GOMULKA

(Vice-primeiro Ministro da Polónia e Secretário geral do Partido Operário Polonês)

Um acordo para unidade de ação e cooperação entre o Partido Social Polaco e o Partido Operário Polaco deve ser incluído entre os acontecimentos políticos de grande peso e importância.



Gomułka, dirigente do Partido Operário Polonês e presidente da República

Sobre a posição atual das forças políticas da Polónia, a unidade de ação dos partidos operários e a frente unida da classe operária constituem uma condição há-sia para o firme estabelecimento de todas as conquistas sociais e políticas até agora alcançadas. Sobre a base de unidade de ação de ambos os partidos operários, em estreita cooperação com outros partidos democráticos, o Partido Operário Polaco estabeleceu a concepção do caminho polaco de desenvolvimento para o socialismo. Esta concepção é significativa porque não inclui a possibilidade de uma mudança política violenta, revolucionária, no desenvolvimento da Polónia, e elimina a necessidade da ditadura do proletariado como forma de governo para o período mais difícil da transição para o socialismo. Na base de uma análise realista, estabelecemos a possibilidade do desenvolvimento para o socialismo através do sistema da democracia popular, na qual o bloco dos partidos democráticos exerce o Poder governamental. Este desenvolvimento pacífico e evolutivo seria difícil de conceber sem se pressupor uma cooperação estreita entre os dois partidos operários e uma aliança operário-camponesa.

MÃO MARCHAMOS PARA A DITADURA DO PROLETARIADO

Algumas pessoas repetem constantemente que o Partido Operário Polaco se orienta para a ditadura do proletariado e quer estabelecer o socialismo na Polónia seguindo o mesmo caminho da União Soviética. Não é necessário acrescentar que os métodos de tais afirma-

ções não as fazem só porque não entendem todo o marxismo, não só porque não sabem como tirar conclusões das diferenças entre épocas históricas e situações históricas concretas, mas porque, sobretudo, querem falsificar os fatos históricos e tornar mais fácil o desenvolvimento da luta social e o mesmo Partido.

DIFERENÇAS FUNDAMENTAIS ENTRE OS CAMINHOS DA RÚSSIA E DA POLÓNIA PARA O SOCIALISMO — AS FORÇAS DEMOCRÁTICAS ENCONTRARAM DESTROÇADO O APARELHO DO ESTADO POLONÊS

Porque este problema não tem sido ainda extensamente discutido em público pelo nosso Partido e devido à importância do fortalecimento da unidade de ação entre o nosso Partido e o Partido Social Polaco, considero conveniente esclarecer esta questão do ponto de vista do Partido que eu represento. DIFERENÇAS ENTRE OS CAMINHOS DE DESENVOLVIMENTO DA POLÓNIA E DA RÚSSIA

Em primeiro lugar, quero chamar a atenção sobre três diferenças básicas, facilmente perceptíveis a todos, que marcam os caminhos do desenvolvimento da União Soviética e da Polónia.

A primeira diferença consiste em que as mudanças sociais e políticas na Rússia foram efetuadas através de uma revolução violenta e em nosso país pela via pacífica.

A segunda é que a União Soviética teve que passar por um período de ditadura do proletariado, enquanto em nosso país não existe esse período e pôde ser evitado.

A terceira diferença que caracteriza a diversidade dos caminhos de desenvolvimento de ambos os países é que o governo, na União Soviética, está em mãos dos Conselhos de Delegados, ou Soviets, que detêm as funções legislativas e executivas, e constituem a forma socialista de governo, enquanto em nosso país as funções legislativas e executivas estão separadas, e o governo se baseia numa democracia parlamentar.

Nada seria mais falso que pensar que estas diferenças se originam na vontade subjetiva das pessoas individuais na Polónia e na União Soviética ou que resultam de uma linha política dos partidos em um e outro país. A correlação das forças de classes existentes durante a Revolução Russa e durante o período da conquista do governo na Polónia foi o que determinou as diferenças entre os caminhos de desenvolvimento da Polónia e da Rússia.

Por que foi necessária na Rússia uma revolução violenta para derrubar o governo tsarista e efetuar mudanças políticas e sociais?

Dois causas tornaram necessária a revolução: 1.ª — a opressão exercida pelo governo tsarista; 2.ª — o poder do capitalismo mundial, ou, em outras palavras, a debilidade da democracia mundial.

Lenin dizia que o poder do governo tsarista repousava numa forte e bem organizada classe de latifundiários, numa ainda melhor organizada classe de capitalistas ligados ao capital estrangeiro e num forte aparelho estatal, num país de inveteradas tradições tsaristas. Estes eram os três gigantes que não poderiam ter sido batidos de maneira pacífica. Era necessário derrotá-los através da Revolução.

Junto a estes três elementos internos que davam ao governo tsarista uma capacidade de opressão, havia também um elemento externo, na forma do poder mundial.

1 ANO DE LUTA

rela democracia

NAS PÁGINAS DE A CLASSE OPERÁRIA!

ENVIE A SEUS AMIGOS cartões postais

— DE

MARX, ENGELS, LENIN, STALIN E PRESTES

E ADQUIRA UMA COLEÇÃO ENCADERNADA DO MAIOR SEMINÁRIO POLITICO DO BRASIL ACERTAMOS PERDIDOS PELO

Recmboiso — Enderço:

AV. RIO BRANCO, 257 Sala 1711 — Rio

O leitor escreve

VITÓRIA DE UMA JUSTA REIVINDICAÇÃO DE AUMENTO DE SALÁRIOS COMO 700 OPERÁRIOS DE UMA FABRICA METALÚRGICA DE SÃO PAULO CONQUISTAM UM GRANDE TRIUNFO — A LUTA PELA ORGANIZAÇÃO COMO BASE DA UNIDADE E FIRMESZA DA MASSA

N. de M. — A carta cujos tópicos principais transcrevemos a seguir procede de São Paulo e está assinada por Valtor Bueno. É um exemplo da consciência que têm hoje os operários de transmitir a seus companheiros de todo o país as experiências de sua luta por melhores condições de vida. Luta que, entretanto, deve ser intimamente ligada à luta pela democracia, contra a ditadura, pelo respeito à Constituição e à imunidade dos representantes do povo no Parlamento, contra os quais se volta neste momento toda a fúria do grupo fascista do governo.



S. PAULO
— Companheiros de "A Classe Operária". Saudações. Sintam a necessidade da ação política para vencer hoje

SURTO DE DESCONTENTAMENTO

O descontentamento natural começou a surgir entre nós, pois ao lado do esgotamento físico pelo excesso de trabalho, vimos nossos companheiros ficarem doentes e os pedidos individuais de aumento não eram atendidos.

Nas horas das refeições, nas palestras, antes do descontentamento que se generalizava, começamos a tratar da necessidade de fundação de um sindicato que pudesse, através da união de todos os trabalhadores da fábrica, constituir a mais eficaz para a conquista de um justo aumento geral de salários, bem como para a defesa legal dos nossos interesses.

UNIÃO PARA A LUTA

Depois de algumas reuniões em casas de operários, fundamos a nossa Associação Profissional que teve de início 70 associados. Começamos a trabalhar a unidade. Entretanto, o nosso trabalho de organização não esbarrava com a deslealdade dos operários especializados nos sindicatos do Estado Novo, geralmente vendidos aos patrões, e a grande maioria dos nossos companheiros, vindos da agricultura, habituados a se curvar ante o fazendeiro, por não aprenderem a lutar por seus direitos, temiam a criação da firma sobre o nascente movimento sindical na fábrica.

PROMESSAS QUE NÃO SERIAM CUMPRIDAS

Paralelamente ao nosso trabalho de organização da massa, a firma, sentindo crescer o sentimento de unidade dos operários, lançou uma promessa de aumento geral de salários, e, intensificando a política demagógica, prometeu a construção de casas para seus operários e a instituição de uma caixa que devia produzir milagres, ganhando toda assistência social aos operários e suas famílias, médico, hospital, dentistas, roupas, diversões, etc. A imaginária calíndula da ilusão, como foi chamada, assim "havia-se muito ao que é hoje o SESI e tinha como objetivo único impedir a organização sindical.

Passado o primeiro mês, durante o qual foi exigida uma produção "record" em promessa de aumento de salários, as promessas não foram cumpridas e a justa indignação pela chantagem da firma foi geral, voltando-se as esperanças da grande maioria para os companheiros que lideravam o movimento reivindicatório de aumento geral de salários.

NOVA FASE DO MOVIMENTO

Já era então evidente que o movimento entrava numa nova fase, pois as condições objetivas apresentavam-se de maneira concreta, a massa começava a sentir a necessidade de conquistar a reivindicação através de sua própria união, já não acreditava em promessas nem na calíndula da ilusão.

Chegava o momento de nós, politicamente mais conscientes, tratarmos, sem vacilações, as perspectivas da luta, convicções da força da classe operária e dispostos a corresponder à confiança em nós depositada. Aprestavamo-nos o problema da direção do movimento e sua organização.

Reunimo-nos, no mesmo dia do pagamento, constatando a nova fase do movimento criada com a tipificação da firma. Constatamos, por outro lado, a debilidade do nosso movimento sindical, com apenas 10 % de sindicalização.

DEFINIÇÃO DO OBJETIVO IMEDIATO

Concluímos que o fundamental era definir com justiça o objetivo a ser atingido, isto é, concretizar a aspiração geral de aumento de salários numa tabela que atendesse às diversas categorias de salários existentes. Em segundo lugar, apresentamos a necessidade de arregimentar toda a massa na Associação, como forma de organização ampla, o que a própria massa precisava sentir como indispensável para empreender a luta em condições de vencer. Tratávamos portanto de uma intensa e vigorosa campanha de sindicalização.

Em terceiro lugar, era necessário estabelecer a forma prática de organização da massa em função do trabalho a ser realizado, no próprio processo de desenvolvimento do movimento.

Neste terreno, sentíamos a necessidade de organizar em cada seção da fábrica uma comissão, que levaria à prática o trabalho de sindicalização, facilitando ao mesmo tempo a orientação do movimento, e uma Comissão Central coordenadora do trabalho e encarregada de discutir com o empregador a proposta de aumento.

Em quarto lugar, tratávamos de pôr em prática o plano através da Associação.

ASSEMBLÉIA GERAL

Lançada a palavra do ordem de sindicalização e do estudo de uma tabela de aumento, requeremos a convocação de uma assembleia geral extraordinária. Nessa semana que antecedeu à primeira assembleia sindical, elementos da massa espontaneamente se organizaram para a campanha de novos associados, o justo caminho traçado por nós nas palestras de entrada e saída do serviço, ganhou raízes e cresceu no seio da massa. Pudemos assim realizar a assembleia com 200 novos sócios, eleger uma comissão encarregada de elaborar a tabela de aumento e eleger comissões com responsáveis pelas 8 seções da empresa, a fim de intensificar a sindicalização. A assembleia resolveu ainda reunir-se novamente uma semana depois, para aprovação definitiva da tabela, assim como convidar para acompanhar os trabalhos da mesma dirigentes sindicais da capital.

NOVAS PROMESSAS DO EMPREGADOR

O impulso do movimento levou o empregador, logo no dia seguinte, ao da assembleia, a fazer promessas novamente aumentadas, ficando então identificado oficialmente que teríamos a máxima boa vontade em discutir o assunto, por não apresentarmos uma proposta concreta, através de uma comissão em nome de todos.

AUMENTO DO NÚMERO DE SÓCIOS

A assembleia realizada para aprovação da tabela, após quinze dias de intensa luta, chegou com um objetivo definido — o aumento geral de salários — o número de novos sócios da Associação subia a 680. As comissões funcionavam regularmente nas seções, reunindo-se diariamente para controle do trabalho e para discutir todas as tentativas que surgiam para dividir a classe, eram propostas de aumentos feitas por chefes de seção a alguns apenas, às vezes acompanhados de ameaças, o que era implacavelmente desmascarado e contribuía assim para fortalecer a unidade.

NOVA DECISÃO DA ASSEMBLÉIA

A esta altura do movimento, a diretoria da Associação, que já vinha vacilando, recusou, alegando não ser reconhecida oficialmente pelo Ministério e, portanto, não podia juridicamente acompanhar a causa de seus associados. A assembleia, tomando conhecimento do impedimento da diretoria, resolveu contratar um advogado, resolvendo ainda a seguinte: 1.ª — Criar um fundo de resistência para enfrentar possíveis necessidades financeiras; 2.ª — Ampliar a Comissão de Salários para 8 membros, uma de cada seção, isto para permitir, após uma reunião da comissão em qualquer parte, a transmissão simultânea da orientação para as oito seções da fábrica; 3.ª — Fazer a entrega da proposta com 8 dias de prazo para entendimentos e decisão da firma; 4.ª — Na impossibilidade de uma acórdão análogo, seria instituído o dissídio coletivo.

A comissão foi autorizada pela assembleia a comunicar ao empregador que só iríamos à greve em último recurso.

MOMENTO DECISIVO

A comissão eleita pela massa tinha poderes de apresentação da proposta. A comissão foi convidada para reunir ramos diferentes da firma, que, fazendo uma contra-proposta ridícula, pretendia forçar a Comissão a aceitá-la. Chegávamos a um desses momentos decisivos para todo movimento, quando a Comissão, principalmente seu líder, tem a grande responsabilidade, sendo necessário manter a qualquer custo a confiança da massa, bem como ter a flexibilidade necessária para alcançar o melhor acordo, pelo melhor caminho, sempre no sentido de fortalecer o moral da massa.

O ponto de vista da firma era inaceitável. Além de menospre-

O Caminho Do Desenvolvimento...

(Conclusão da 3.ª pág.)

dos Estados capitalistas que apoiavam o governo taurista em sua luta contra a revolução. Além disso, em 1917, o capital mundial era, ideológico e socialmente, muito mais forte do que no fim da Segunda Guerra Mundial, quando as forças democráticas passaram para a vanguarda.

Todos estes elementos que constituíram em 1917 a força do governo taurista russo e que só podiam ser quebrados por uma revolução violenta, se encontravam em posição diferente na Polónia de 1944. A classe operária e as massas trabalhadoras da Polónia não necessitam de métodos violentos para derrubar os latifundiários e grandes capitalistas, pois estas forças estavam debéis, politicamente comprometidas e isoladas. E por isso que foi possível removê-las por meios discretos.

A fraqueza dos latifundiários e capitalistas polacos, no momento em que as forças democráticas tomavam o governo, se devia ao fato de que eles não tinham um aparelho do Estado capaz de lutar contra as forças democráticas. É verdade que em defesa daquelas classes surgiram vários grupos reacionários e fascistas, mas não tiveram a força suficiente para vencer as forças democráticas. A força principal e básica dos capitalistas, latifundiários e da reação polaca em geral — o exército do general Anders — estava fora do país e era incapaz de fazer grande coisa em defesa de seus interesses.

Dal a causa primária do derrocamento pacífico da reação na Polónia ter sido o destróico completo do aparelho do Estado polaco, resultante da catástrofe de setembro e do caráter totalmente ilusório do governo polaco exilado em Londres.

No momento da libertação da Polónia, o poder estatal simplesmente jogado à rua. Foi recolhido pela democracia, que se revelou mais forte do que a reação.

Ao lado desta causa primária, houve outras. Uma parte mul-

to grande da reação tinha sido prometida, ante os olhos da Nação, em consequência da derrota da polaca de setembro e da política anti-polaca do governo taurista. Muitos reacionários fugiram da Polónia juntamente com os nazistas alemães, ou, mais tarde, com o objetivo de organizar e preparar suas forças no exterior contra as forças da democracia dentro da Polónia. Tudo isto contribuiu para o enfraquecimento da reação e tornou possível uma transformação pacífica de nossas condições sociais e políticas.

Outro fator que facilitou nossa tomada do Poder foi a inércia da capital estrangeira na Polónia. O capital alemão não podia, em absoluto atuar como uma força, pois, em consequência de sua derrota na guerra, esta possibilidade estava atada e toda a Nação se encontrava possuída de ódio contra os alemães. O capital estrangeiro alemão era inimiga DA LUTA ALIADA CONTRA A ALEMANHA.

Além disso, todos os elementos reacionários, sob a influência do desastre do hitlerismo e das vitórias do Exército Soviético, estavam aterrorizados e eram incapazes de se lançar a uma onda da luta pela libertação nacional. A reação subordinou a luta contra as forças de ocupação a seus propósitos de conquistar o Poder no país. A luta efetiva contra as forças democráticas.

Finalmente, o campo democrático chegou ao Poder sobre ro de outras origens havia caído em poder dos alemães, e isto também paralizava a sua ação e o impedia de desempenhar qualquer papel independente.

reção do desenvolvimento da guerra, no entanto, não era favorável aos seus interesses, a fim de que tomassem o Poder no momento da libertação do País, pois tudo indicava que a Polónia seria libertada pelo Exército Soviético. Por isso, a reação se opôs à luta armada contra a Alemanha. E enquanto a principal palavra de ordem da reação era manter-se de prontidão com armas, a palavra de ordem dos democratas era a luta armada contra as forças de ocupação. A passividade da reação na luta pela libertação nacional a comprometera definitivamente aos olhos da Nação polonesa e ante a opinião de-

Ninguém teve maiores oportunidades, nem direitos morais, para tomar as rédeas do governo; depois da expulsão dos alemães, que se haviam dirigido todas as suas forças para a luta pela libertação nacional.

A REACÇÃO NECESSITA DE DERRAMAMENTO DE SANGUE

A reação baseava sua reivindicação do Poder nos dispositivos da Constituição "Sanacja" (a do reacionário Pilsudsky) e na assim chamada continuidade e legalidade dos governos da Polónia. Mas quando o desenvolvimento dos acontecimentos a vencer de que uma luta concreta pela libertação do País era de maior peso e importância na formação do estado de coisas da Polónia que um título de herança legal do Poder derivado da "Sanacja"; quando o Comitê Polaco de Libertação Nacional (P. K. W. N.) foi constituído e tomou em suas mãos as rédeas do governo polaco para uma maior organização e melhor direção da luta pela libertação nacional, então a reação decidiu dar um passo, desesperado, louco e ao mesmo tempo criminoso, que envolveria a Nação num inútil derramamento de sangue. Apoiou para a insurreção em Varsóvia, num momento em que se sabia antecipadamente que os alemães a afogariam num mar de sangue. Mas a reação tinha interesse particular neste derramamento de sangue, para apagar assim sua anterior passividade na luta pela libertação nacional e para usá-lo mais tarde como pretexto para tomar as rédeas do governo. No entanto, era tarde demais. O governo já estava nas mãos das forças democráticas unidas.

Todas estas circunstâncias contribuíram para a criação de uma oportunidade histórica que tornou possível remover a reação do Poder por meios pacíficos e introduzir grandes reformas sociais pelas forças democráticas, sem derramamento de sangue, sem revolução ou guerra civil. As massas russas não tiveram tal oportunidade histórica no momento de chegarem ao Poder. Por isto é que a Revolução era inevitável para derrubar o governo taurista. Mas em nosso país foi possível derrubar a reação por meios pacíficos.

Os EE. UU. Querem...

(Conclusão da 4.ª pág.)

de contingência das importações, que consistia em utilizar os fundos insuficientes de divisas estrangeiras unicamente para comprar lotes restritos de determinadas mercadorias.

A escassez de moeda estrangeira impôs a aquisição de mercadorias em países que aceitem como pagamento, em lugar de divisas, outras mercadorias do país correspondente. Os tratados comerciais de longa vigência se vêm substituídos cada vez com maior frequência por tratados bilaterais a curto prazo. Estes tratados são feitos entre dois países e estipulam a troca de determinadas quantidades de mercadorias durante o período de um ou dois anos, e às vezes até mesmo de seis meses. Na terminologia norte-americana, em lugar do antigo comércio entre várias partes, começou a figurar a expressão comércio bilateral, e o comércio mediante pagamento em divisas foi substituído pelo intercâmbio mercantil bilateral. Refere-se este principalmente ao período que se inicia ao terminar a Segunda Guerra Mundial.

IMPOSIÇÃO DE WALL STREET

Nessa situação, a atual política comercial exterior dos Estados Unidos via objetivos bem definidos. Trata-se de voltar, na esfera do comércio exterior, à situação que existia no século 19. Os Estados Unidos exigem que suas mercadorias possam competir em todos os países do mundo, em igualdade de condições com as mercadorias de qualquer outro país. Esta tendência se manifestou claramente em toda a política do antigo secretário de Estado, Cordell Hull. Durante a guerra e depois dela, os Estados Unidos se aproveitaram da dependência eco-

nômica em que seus aliados se encontravam com relação à ajuda norte-americana, para impô-lhes o reconhecimento de seus princípios em diversos documentos, e sobretudo nos acordos que concluíram depois da guerra com a Inglaterra, França e outros países.

Enquanto isto, a Inglaterra tentou defender seu sistema de tarifas preferenciais, introduzindo novas tratativas sobre de resoluções, de maneira que as formulações se revestissem de caráter geral e indefinido. A França, como país mais débil, viu-se forçada, num tratado de empréstimo, a submeter-se a todas as exigências dos Estados Unidos e a prometer o abandono definitivo do sistema de contingentes, e reduzir consideravelmente os direitos aduaneiros e demais restrições comerciais e a renunciar à política de primazia à exportação. O governo dos Estados Unidos prometeu todas as vezes que um país assina um acordo de comércio bilateral.

Levando em consideração estes princípios da política norte-americana se compreende o papel que estava reservado à Conferência de Londres, que se realizou no outono de 1946, a recente Conferência de Genebra e a do comércio mundial das Nações Unidas, prevista para 1947. Assistimos a tentativas por parte dos Estados Unidos de impôr a todos os países do mundo o princípio de Nação mais favorecida para as mercadorias norte-americanas.

OS ESTADOS UNIDOS PREVEEM A CRISE

N. de R. — No próximo número d' "A CLASSE OPERÁRIA" publicaremos a continuação deste importante artigo de Eugênio Varga e ao qual se mostram as razões por que os Estados Unidos seguem essa política.

"A AMÉRICA LATINA É UM PRESUNTO QUE DEVE SER COMIDO POR NÓS"



A campanha de penetração imperialista norte-americana contra o nosso país e contra os demais povos da América Latina é encoberta por uma ininterrupta propaganda propagandística. A América Latina é considerada por uma inteligência corrupta e propagandística dos Estados Unidos. E' incômodo que todos os povos latino-americanos simpatisam com o grande povo norte-americano, e é dessa onda de simpatia que desmancha os envolvidos os imperialistas e seus agentes.

Agora mesmo, quando o capital financeiro de Wall Street luta de aprofundar suas raízes no nosso solo, é em nome da "defesa continental" que age, procurando assim ocultar seus verdadeiros objetivos imperialistas. E é aderindo a essa fórmula que falsos democratas e falsos patriotas justificam todas as medidas ditatoriais com que o grupo fascista do governo Dutra abre caminho para maior penetração dos trustes e monopólios na nossa economia.

O caso do nosso petróleo é típico. Desde os srz. Juarez Távora e Juracy Magalhães até o sr. Assis Chateaubriand, todos vêm novas sombras ameaçando o Continente, o perigo de uma Terceira Guerra Mundial, para chegarem à conclusão de que devemos forçosamente entregar as nossas jazidas petrolíferas à Standard Oil.

Não poucos desses senhores sequer nos possibilitam de que sejamos nós mesmos a vítima da ganância imperialista norte-americana. De nada lhes valem as lições da história nem os mais recentes fatos de apogeu, desde as agressões armadas até a agitação e governos reacionários e fascistas, visando sempre o mesmo fim — marcado fôlego da motivação primária: recursos humanos de carne para caubão.

A "DOCTRINA DE MONROE"

Aproximando-se a conferência do Rio de Janeiro, tantas vezes adiada pelo governo ianque, por não existirem ainda condições para que os Estados Unidos obtivessem as maiores vantagens, é oportuno relembrar alguns fatos históricos e atuais relacionados com o que se tem chamado de "Pan-Americanismo".

Históricamente, o "pan-americanismo" surgiu quando Monroe, então presidente dos Estados Unidos, lançou, em 1823, a sua célebre fórmula: "A América para os Americanos". Nessa época os Estados Unidos lutavam de assegurar não só as suas próprias fronteiras, mas também de repelir as constantes intromissões de potências europeias. Inglaterra, Alemanha e Rússia tentavam — nos assuntos do Hemisfério Ocidental. A jovem República do Norte se mostrava exultante com a liquidação praticamente da maior parte de antigo império colonial da Espanha, do qual restavam poucas unidades dispersas, depois das campanhas libertárias de Bolívar e outros grandes líderes dos povos da América do Sul.

Desde a guerra da independência americana, a burguesia dos Estados Unidos se mostrava suficientemente revolucionária, estimulada militarmente pelas magníficas vitórias sobre a antiga Metrópole, para não permitir a vizinhança de qualquer outra potência que pudesse vir a constituir perigo para sua unidade, para a sua incipiente industrialização, para seu futuro comércio exterior.

O domínio sobre formidáveis riquezas naturais em seu próprio solo dava às classes dominantes norte-americanas uma sensação de superioridade sobre todas as demais Nações do Continente e as aspirações de rivalidade com as potências da Europa.

UN PRESUNTO À VISTA
Nos fins do século passado,

os Estados Unidos eram já uma poderosa Nação, uma Nação imperialista, dotada de uma indústria rival das mais avançadas da Europa em poder de uma burguesia cuja voracidade não ficava atrás da de qualquer outro país. A exploração da América do Sul e o domínio do Pacífico eram o seu objetivo.

A fórmula "A América para os americanos", que servia de advertência, no começo do século, para as potências europeias, evoluiu: "A América para os americanos do Norte."

E com uma naturalidade bem ianque, assim, se expressava um diplomata americano durante um banquete ao general Grant, ex-presidente da República e vencedor da guerra de cessação:

"A América do Sul tem a forma de um presunto, e esse presunto nós é que o fazemos de comer."

ONDE AS «COMPRAS» DE TERRITÓRIOS NÃO FORAM POSSÍVEIS, SOBREVEIO A AGRESSÃO BRUTAL — A «DOCTRINA DE MONROE», UMA MASCARA PARA OS IMPERIALISTAS — OS ESTADOS UNIDOS SURGEM COMO O MAIS AGRESSIVO DOS IMPERIALISMOS MODERNOS — O QUE TEM SIDO O «PAN-AMERICANISMO».

A guerra civil para abolição da escravidão impediu por alguns anos que os Estados Unidos se voltassem para o Exterior. Mas desde que findara o conflito não havia tempo a perder na "marcha para o Sul", e com aguçado apetite, como se demonstram as palavras do diplomata ao vitorioso general Grant.

A população do país mais do que triplicara apenas em 50 anos, passando de 23 milhões, em 1860, a 78 milhões em 1900. Enquanto isso, os meios de transporte se multiplicavam, passando de 16 mil quilômetros em 1860 a 311 mil quilômetros em 1900.

Existiam portanto as condições materiais indispensáveis a uma participação do capital financeiro ianque nos grandes negócios internacionais.

CONQUISTAS DE TERRITÓRIOS
Mas antes mesmo de atingir

essa situação econômica privilegiada, os Estados Unidos já haviam levado a efeito uma guerra de conquista contra o México, apoderando-se do Texas do Novo México e da Califórnia. Os conquistadores ianques agiram nessa contenda com uma ferocidade digna de bárbaros e que passou à história, criando ao povo do México um ódio que ainda hoje perdura e que não se apagará com as palavras de Truman, pronunciadas recentemente, ao recordar os patriotas mexicanos sacrificados pelos imperialistas ianques.

Depois, foi a guerra com a Espanha, da qual arrebato, no Atlântico, Porto Rico e Cuba, e no Pacífico as ilhas Havaí e Filipinas, em 1898, sem falar nas "compras" do Alasca, da Flórida, da Louisiana verdadeiras conquistas reconhecidas.

UM IMPERIALISMO DE NOVO TIPO
As agressões brutais, o uso

da violência para obter um resultado-americano, bem como varreram qualquer ilusão sobre o "idealismo" dos adeptos da doutrina de Monroe. Os povos latino-americanos, que durante os anos decisivos de sua luta pela independência da dominação espanhola haviam olhado para os Estados Unidos como o irmão poderoso em quem poderiam confiar, e de cujo auxílio realmente se favoreceram, não tardaram em reconhecer a outra face da medalha. Com a libertação das garras dos opressores castelhanos não deveria cessar a luta pela soberania nacional. Para os fins do século 19, um imperialismo de novo tipo, mais agressivo, mais explorador, deveria suceder aos estranhos colonizadores europeus neste continente.

E os povos latino-americanos que mais sempre desejaram a luta pela independência arrastados os que maior ódio voltaram aos imperialistas ianques, desde o México até a Argentina, não vez que os verdadeiros objetivos dos americanos se patenteariam como sucessores dos espanhóis.

OS POVOS SE APERCEBEM DO PERIGO IANQUE

Não foi por acaso que surgiu em toda a América Latina o se popularizou a expressão "o perigo ianque". A guerra contra o México, com a conquista de Texas, e, depois da vitória ianque, do Novo México e da Califórnia, a dominação violenta em Porto Rico e em Cuba, nas ilhas Havaí e nas Filipinas, as intervenções cada vez mais descaradas nos assuntos internos desta ou daquela República latino-americana, passaram em guarda os povos deste Continente.

No meado do século passado, fundava-se em Santiago do Chile uma sociedade para "defender a raça espanhola na América da Confederação norte-americana". No México e no Peru tomavam-se iniciativas semelhantes, geralmente visando a unidade dos povos da América Latina para a resistência ao expansionismo ianque.

O sr. J. F. Norquand, em seu livro "A luta pela América do Sul", caracteriza esse movimento como "líricos", iniciativas de "sonhadores", mas a verdade é que esses "sonhadores" encerravam em si, uma realidade: a extensão cada vez maior dos tentáculos do imperialismo norte-americano sobre todo o Continente. Liquidando a prática com a independência política e com a autonomia econômica dos povos latino-americanos. Simão Bolívar ainda chegou a compreender essa realidade, quando no Congresso do Panamá, em 1826, apenas três anos depois de proclamada a Doutrina de Monroe, propôs, como último capítulo de sua grande luta pela libertação dos povos latino-americanos, que fosse feita a independência da Cuba. Unidos não eram os Estados Unidos os dominadores da Cuba, mas foram os Estados Unidos que se opuseram tenazmente a isto, "porque — calarece Calderón — sabiam que a independência significava também a libertação das raças seitas, e elas (os capitalistas americanos) necessitavam de escravos para o orgulhoso e opulento estado feudal da Virgínia."

No começo deste século, com mão de mestre, o imperialismo norte-americano realizaria uma de suas mais clássicas intervenções na América Latina, sob o pretexto de defender o Estado do Panamá, que se proclamava em República "independente" e apenas algumas horas depois era reconhecida como tal pelos Estados Unidos.

A esse tempo, os imperialistas ianques já projetavam cortar o istmo do Panamá com um canal que abreviaria o caminho do Atlântico para sua frota de guerra e, consequentemente, consolidaria a supremacia naval dos Estados Unidos neste mar, aumentando ao mesmo tempo sua influência econômica sobre os povos da América Latina.

Era, não há dúvida, um grande fruto da "Doutrina de Monroe".

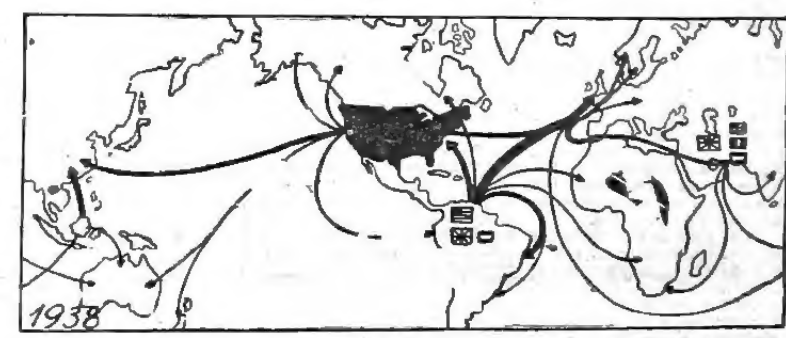
Com orgulho, poderia então declarar um antigo Secretário de Estado Norte-americano, detentor do "Prêmio Nobel da Paz", Elihu Root:

(Conclui na 7.ª pág.)

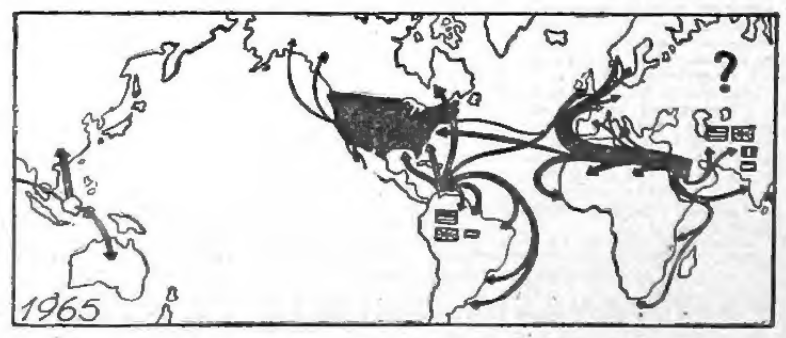
Os Estados Unidos e a luta pelo petróleo



1920 — Os três mapas nesta página mostram a evolução dos Estados Unidos de um grande produtor de petróleo, suficiente para si mesmo, a uma potência mundial de petróleo. Acima, a posição dos EE. UU. após a primeira guerra mundial, com a produção de 1.250.000 barris por dia. O México estava na sua plena glória. No exterior, os capitais norte-americanos começaram o desenvolvimento da Venezuela e de outros países da América do Sul. No Oriente Médio, a bandeira americana apenas aparecia.



1938 — Em 1938, pouco antes da segunda guerra mundial, a produção norte-americana foi aumentada para 3.350.000 barris por dia, os grandes campos do Texas Oriental começaram a ser explorados. O petróleo sul-americano fluiu em quantidade para a Europa. Fluiu também para os Estados Unidos, mas uma grande parte deste petróleo sul-americano é re-exportado para a Europa depois de refinado. No Oriente Médio, a Grã-Bretanha desenvolve o Irã e os petroleiros americanos põem um pé no Iraque e começam a ser os pioneiros da Arábia.



1965 — O mapa acima representa um vôo especulativo no futuro. A produção norte-americana, obra de cinco milhões de barris em 1946, será bastante maior. Mas o aumento do consumo nos EE. UU. fará dos EE. UU. um